

ANARQUISMO E A QUESTÃO MILITAR^{*}

Thaís Linhares

Resumo

Esse trabalho tem como pretensão abordar uma intersecção de algumas experiências armadas com autores, que refletiram sobre a questão militar e/ou armada, anarquistas, introduzindo a discussão de como a tradição anarquista se debruçou sobre o assunto seja na postura militante quanto na questão organizacional. Da formação de exércitos regulares, na experiência da Revolução Ucraniana (1918-1921) e a Makhnovitchina e nas experiências espanholas da Guerra Civil e da proposta de revolução, ambas de 1936 a 1939, e as organizações Federação Anarquista Ibérica (FAI) e Amigos de Durruti. E também concepções de luta armada de guerrilha proposta por Abraham Guillén e o braço armado da Federação Anarquista Uruguai (FAU), a Organização Popular Revolucionaria – 33 Orientales (OPR-33).

Palavras-chave: Anarquismo, militar, exército regular, guerrilha.

Abstract

This work pretends to approach an intersection of some armed experiences with authors, which reflected about the military and/or armed question, anarchists, introducing the discussion of how anarchist tradition addressed this topic be it at militant posture as at organizational matter. About the formation of regular armies, at Ukrainian Revolution (1918-1921) experience and the Makhnovitchina and at Spanish experience in the Civil War and revolution proposition, both from 1936 to 1939, and the organizations Iberian Anarchist Federation (IAF) and Friends of Durruti. And also guerrilla warfare conceptions thought by Abraham Guillén and the armed wing of Uruguayan Anarchist Federation (UAF), the Popular Revolutionary Organization – 33 Orientales (PRO-33).

Keywords: Anarchism, military, regular army, guerrilla.

1. Do Anarquismo

Ao longo do processo histórico a doutrina do anarquismo passou por omissões, leituras e conclusões equivocadas, esbarrando no senso comum. A compreensão da tradição do pensamento anarquista, com uma conceituação rigorosa das experiências globais e como uma ideologia surgida,

* Trabalho apresentado no *III Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais* da UNESP/Marília, em 2019.

** Bacharel e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista - UNESP/Marília. Mestranda no Pós-graduação de Ciências Sociais (PGCS) da UNESP/Marília. Membro do Grupo de Pesquisa Cultura e Política do Mundo do Trabalho. E-mail: thaishlinhares52@hotmail.com.

do século XIX, dentro da luta e da organização das classes mais marginalizadas são revisitadas nas últimas décadas de maneira precisa dentro do escopo acadêmico (SCHMIDT, VAN DER WALT, 2009, CORRÊA, 2012, RUGAI, 2012). Esses trabalhos, assim como outros, ampliam as possibilidades de se pensar a tradição anarquista através de uma metodologia na qual resgata a sua própria história e historiografia. Sendo portanto algo recente, ainda a literatura sobre os mais diversos casos com a influência e participação mais efetiva de militantes e organizações anarquistas são escassos e pouquíssimos estudados; tal afirmação, se verifica na elaboração desse trabalho. Para uma compreensão inicial do anarquismo, temos como basilar o princípio da autogestão e a crítica a dominação da sociedade capitalista: “(...) em termos estruturais, o anarquismo defende uma transformação social fundamentada em *estratégias*, que devem permitir a substituição de um sistema de dominação por um sistema de autogestão” (CORRÊA, 2012b, p. 11).

A tradição do anarquismo consiste em duas principais correntes: a insurrecionalista e de massas. A primeira, se guia pela propaganda pelo fato, isto é, o uso da violência como alavanca para os processos revolucionários; descredita de qualquer forma organizativa em todos os níveis, e muitas vezes se põem contrários a conquistas e/ou luta por reformas, pois iludem a classe trabalhadora na luta contra o capitalismo. Os sindicatos são nesta concepção, por excelência, reformistas e incompatíveis ao anarquismo. No que toca à organização política permanente entre anarquistas, as consideram autoritárias, e caso necessário, a alguma ação pontual, se desenvolvem suas atividades e dissolvem na sequência. A segunda, visa ao relacionamento estreito aos movimentos de massa e uma estratégia de profunda inserção nestes. Desta forma, porém, não prescindem da defesa do uso da violência, em maior ou menor grau, dada a situação concreta de organização popular. Mas a discordância é maior em relação às reformas e à organização dos anarquistas: a luta e/ou conquistas de reformas são importantes na acumulação na força social revolucionária, como desenvolvimento da experiência de consciência, desde que coloquem como norte a necessidade de ruptura radical com o capitalismo. Além disso, defende a organização em todos os níveis: nessa corrente, no nível de massas, principalmente, há diversas propostas de organizar o movimento sindical e de organização da classe, como o sindicalismo de intenção revolucionária, anarcossindicalismo, o agrupamento de tendência, dentre outros (SCHMIDT, van der WALT, 2009).

2. Do exército popular

Nesse tópico abordaremos dois processos revolucionários, nas quais sua atuação armada se constituiu, ainda que de maneira inicial, na construção de um exército regular. Ambas experiências se tornaram um marco significativo dentro da história revolucionária e dentro da tradição do

anarquismo foram inspirações e reflexões para outros processos armados que se sucederam. Outro elemento em comum, é o fato de exércitos e militantes dentro do confronto armado extrapolaram o militarismo e estabeleceram novas formas de relações sociais, visando a transformação de uma nova sociedade. Esta parte do trabalho tem como objetivo analisar mais especificamente a atuação e concepção da Makhnovitchina, um movimento social camponês presente no Exército Ucrâniano durante a Revolução Ucrâniana; e a atuação dos anarquistas, FAI (Federação Anarquista Ibérica) e Amigos de Durruti, um agrupamento anarquista, na Guerra Civil e Revolução espanhola.

2.1 Makhnovitchina

Durante a Revolução Russa (1917-1922), o território ucraniano é concedido ao governo imperial alemão, assim, a presença e intervenção imperialista, no âmbito militar, político e econômico, significou um retrocesso imenso, eliminando as conquistas revolucionárias dos operários e camponeses; reestabelecendo o poder dos nobres e agrários. Com isso, a movimentação pelos trabalhadores se intensifica, em especial, o setor campesino, setor mais preponderante no período. Assim, em 1918, o Movimento Revolucionário de Camponeses da Ucrânia articula-se por meio de ações insurgentes e táticas armadas contra a ofensa imperialista em solo ucraniano: “(...) auto-organização e à guerrilha para os combates e colocou os trabalhadores na direção de suas próprias lutas. Mesmo com a repressão, o movimento crescia em todo o território ucraniano, ainda que sem uma unidade” (CORRÊA, S/d, p. 3).

A unidade da luta veio através dos revolucionários da região sul do país, se destacando de maneira decisiva a figura de Nestor Makhno. A união do movimento, ainda em 1918, foi denominada, em sua homenagem, a Makhnovichina. Durante a Revolução Ucrâniana (1918-1921), a Makhnovitchina foi um movimento social composto por maioria campesina pobre, na qual foi uma das forças sociais mais relevantes no contexto revolucionário. O Movimento Makhnovista se pautava pela construção na base, com a autonomia e independência de partidos, pela socialização da propriedade e do poder; com o fim do Estado e da propriedade privada haveriam a substituição por conselhos autogestionados de trabalhadores. Essas forças sociais estavam articuladas no Exército Insurrecional Revolucionário da Ucrânia (EIRU).

¹ Em 10 de fevereiro de 1918, Trotsky se recusou a assinar o acordo de paz de capitulação, e unilateralmente anunciou o fim do estado de guerra, e a desmobilização do exército. Ele acreditava que os alemães, exauridos pela guerra, não seriam capazes de atacar. Entretanto, os alemães imediatamente levaram o front oriental para dentro do império Russo, incluindo a Ucrânia. Os remanescentes do desmoralizado exército antigo e os destacamentos do Exército Vermelho eram incapazes de impedir os alemães. [...] Em 3 de março de 1918, após disputas intestinas dentro do comitê central do partido, os Bolcheviques foram forçados a concluir o que Lênin descreveu como ‘obsceno’ Tratado de Brest-Litovsky. Efetivamente cedendo a Ucrânia e outros territórios ao controle alemão (ou dos aliados Otomanos).” (SHUBIN, 2017, p. 13)

A prática revolucionária Makhnovista compreende as tradições de luta dos marginalizados do povo. Assim, a luta ucraniana se vincula às mobilizações camponesas e anti-imperialistas. A estratégia militar, como supracitado, articula e estabelece essa tradição de luta. Dessa maneira, o desenvolvimento de táticas e enfrentamentos mais contundente do EIRU era por terra, com o uso da cavalaria. As táticas de enfrentamento eram focadas em ataques rápidos, de surpresa e na alta capacidade de deslocamento via terrestre, mais uma vez destacando o reconhecimento do território por sua tradição histórica.

A composição do Exército era de mais de 110 mil membros, sendo 20 mil na cavalaria, grupos de assaltos, artilharia, reconhecimento, médicos e entre outros. Importante ressaltar que a composição do EIRU se consolidava por membros voluntários e não por recrutamento,

– incluindo não somente anarquistas, mas também socialistas revolucionários, maximalistas, dissidentes bolcheviques e outros –, que elegiam seus oficiais e tinham um papel ativo no estabelecimento de suas regras de conduta e disciplina, além de estarem vinculados a extensos organismos populares, conferindo-lhes amplo respaldo da população (CORREA, S/d, p. 4-5).

Assim, todos os membros do EIRU, anarquistas ou não, participavam ativamente nas decisões, atuações, nas regras, modo de conduta dentro e fora do enfrentamento armado:

O voluntariado significava que o exército só se comporia de combatentes revolucionários que para ele entrassem livremente. O *princípio eleitoral* consistia em os comandantes de todas as frações do Exército, os membros do Estado maior e do Conselho, bem como todas as pessoas ocupando no Exército postos importantes em geral, deveriam ser eleitas ou aceites pelos insurgidos das frações respectivas ou por todo o Exército. A *autodisciplina* significava que todas as regras da disciplina do Exército eram elaboradas por comissões dos insurgidos, depois validadas pelas reuniões gerais das frações do Exército e eram rigorosamente observadas sob a responsabilidade de cada insurgido e de cada comandante (ARSHINOV, 1976, p. 106-107).

Essa forma organizativa diverge de concepções militares e funcionamento de outras experiências militares, destacando experiências revolucionárias, como a bolchevique. São critérios caros aos EIRU, essas características: voluntariado, o princípio eleitoral e a autodisciplina, ressaltando linhas estruturais, do federalismo e da autogestão, nas quais extrapolam o militarismo; essas categorias imprimem fundamentos norteadores da construção de uma nova sociedade.

A concepção do EIRU com a conquista do território dominado pelas forças inimigas perpassava por dois aspectos: os soldados do inimigo e o território, assim como a população que nessa região habitava e compreender quem é o inimigo a ser combatido. O primeiro, consideravam que as bases do exército inimigo poderiam ser persuadidos à causa revolucionária, assim, se

juntando ao EIRU ou voltando as origens e lutar pela revolução. Já aqueles que praticaram atos de violência contra a classe trabalhadora eram executados.

O segundo, um eixo importante da concepção do EIRU, dentro das conquistas revolucionárias e avanço do programa libertário, com a expropriação de terras, a construção de comunidades libertárias. Sem a implementação de autoridade no território, com amplo incentivo da participação política da classe trabalhadora nas novas decisões:

Quando a makhnovitchina conseguia se impor nos conflitos com seus inimigos, ela libertava territórios, envolvendo a socialização generalizada, garantida pela força das armas. Ainda assim, ela não impunha um programa aos camponeses e operários, mas estimulava que se organizassem, que tomassem suas próprias decisões, e que protagonizassem sua própria emancipação (CORREA, S/d, p. 10).

As concepções, já supracitadas, de autogestão e federalismo, com essa conduta visava uma coerência entre os meios e fins. Desde a organização do Exército, desenvolvendo as comunidades libertárias, se organizando sem as autoridades, fomentando os espaços de deliberações coletivas, em todos os níveis políticos, estabelecendo novas relações sociais. Para o EIRU, construir uma nova maneira de se relacionar é o modo de enraizar profundamente os princípios de socialismo libertário.

O desenvolvimento da guerra revolucionária, nas questões organizativas internas e a interação do exército exterior, levaram as instâncias e iniciativas nas quais os trabalhadores participavam ativamente para além dos movimentos miliares, isto é, questões sociais, como a economia, política, cultura, educação. Com isso, o EIRU “[...] possuía traços libertários, e que sua linha sócio-política era definida pelos organismos de base compostos por amplas massas de trabalhadores” (CORREA, S/d, p. 12). Isto é, fortalecimento dos próprios trabalhadores de se emancipar e guiar sua própria trajetória, a criação e fomento de comuna, congresso e soviets, com a classe trabalhadora ativa no processo, nessas instâncias organizativas, supracitadas. Essas organizações de base, tanto para o EIRU, quanto para os trabalhadores constituíam: “[...] os princípios fraternais e igualitários, o trabalho de acordo com as possibilidades e a delegação rotativa de funções [que] evidenciam traços libertários que estavam presentes no movimento durante a revolução [grifo nosso]” (CORREA, S/d, p. 13);

Os Congressos de Camponeses, Operários e Insurgentes, por exemplo, estabeleceram as linhas sócio-políticas do movimento, incluindo as do EIRU. Além disso, a makhnovitchina investiu em iniciativas culturais, educativas e artísticas, que visavam não apenas instruir e entreter, mas engajar e preparar a população para as práticas revolucionárias, por meio da difusão de um senso de coletividade entre camponeses e operários permeado de novos valores e de uma ética particular (CORREA, S/d, p. 4).

O processo educacional foi fulcral no desdobramento na Makhnovitchina, com uma perspectiva de rompimento da tutela da Igreja e o Estado; inserção de novas disciplinas, discussões pedagógicas e didáticas para jovens e adultos e cursos de formações políticas e sociais de trabalhadores. Além disso, a criação de manifesto, uma imprensa alternativa e os estímulos às artes em geral, em particular, o teatro popular:

[...] Os Makhnovistas, que também estavam engajados no trabalho educativo e cultural, representavam um importante órgão de poder, mas toda a sua atividade civil (e, formalmente falando, militar) estava sob o controle do órgão executivo do congresso (Soviete Militar Revolucionário) e inúmeras instituições educacionais foram criadas, em conjunto com a redistribuição das terras e criação de diversas cooperativas rurais (SHUBIN, 2017, p. 18).

2.1.1 Plataforma

Após a experiência da Makhnovitchina, se realizou um processo de reflexão e crítica do processo, com isso, através dos militantes anarquistas que atuaram na Ucrânia, surge a proposta da Plataforma, em 1926, a constituição de uma organização anarquista coesa em todos os âmbitos, prático, teórico e ideológico, além de um alto grau de responsabilidade entre militantes e organização, e de autodisciplina do militante.

Na proposta de Makhno seria fundamental a atuação com uma estratégia e um programa definidos que, além dos princípios anarquistas, estabelecesse um caminho comum e unitário para o conjunto da organização: “[...] esse papel [dos anarquistas na revolução] só pode ser desempenhado com sucesso quando nosso partido é ideologicamente homogêneo e unificado à partir do ponto de vista das táticas” (CORRÊA, SILVA, 2015, p. 20). Makhno afirma ainda: “nosso Partido deve [...] definir sua unidade política e seu caráter organizativo”; posição similar ao que Arshinov chamou de ‘programa teórico e prático homogêneo’, o qual, deliberado coletivamente, seria obrigatório para todos os seus membros” (CORRÊA, SILVA, 2015, p. 20). Nesse sentido, a organização é responsável pelo militante e suas ações, e vice-versa; o militante é responsável por atuar segundo os debates da organização, ainda que individualmente possa discordar dos seus rumos, deliberados conjuntamente e, se necessário, com voto (DOS SANTOS, 2018.) Isso tudo, para os anarquistas russos, não estavam em oposição aos princípios anarquistas, antes, deveriam ser conjugados com estes: “O funcionamento federalista da organização anarquista, sem hierarquia ou dominação entre os membros, e sua relação complementar com os movimentos de massas também são elementos marcantes” (CORRÊA, SILVA, 2015, p. 14).

2.2 A experiência da Guerra Civil e revolucionária na Espanha

Com a franca ascensão das forças autoritárias na Europa, em 1936, a Espanha sofre também graves influências do fascismo em solo nacional. E assim, há a tentativa de Golpe Militar por parte dos setores mais conservadores, forças armadas e membros da Igreja Católica. Contudo, a resistência das e dos trabalhadores, armada, consegue se consolidar estabelecendo novas formas de organização das forças populares. Trazendo o embate dessas forças, inclusive o domínio de territórios e regiões por parte das forças revolucionárias, dividindo e polarizado o país. Com isso, o contexto espanhol se desenvolve em dois aspectos: o embate com as forças fascistas e o processo revolucionário em desenvolvimento.

(...) por conta da desestruturação do aparelho de Estado e de parte da estrutura produtiva, os trabalhadores tinham que enfrentar um novo e imediato desafio, que era organizar o seu cotidiano ao mesmo tempo em que deveriam organizar a luta contra os nacionalistas. Nessas condições, a luta contra o fascismo era, ao mesmo tempo, um processo revolucionário, que exigia a instituição de novas práticas e relações de poder (RODRIGUES, 2016, p. 85).

A CNT (Confederación Nacional del Trabajo), a maior central sindical do país, de defesa do anarcossindicalismo, detinha influência significativa na luta, estabelecendo as linhas e princípios nessa nova fase espanhola:

(...) maiores centrais sindicais, a anarcossindicalista CNT e a socialista UGT, declararam a greve geral e, ao mesmo tempo, exigiram que o governo distribísse armas para que pudesse haver uma resistência armada por parte da população civil, o que foi negado em um primeiro momento. No decorrer da primeira semana, a classe trabalhadora ocupou quartéis e delegacias, conseguindo se armar para resistir ao levante nacionalista (RODRIGUES, 2016, p. 83).

Além da CNT, com bastante influência anarquista, há de se destacar a FAI (Federação Anarquista Ibérica), fundada em, 1927, e em seu surgimento teve papel fundamental em combater as tendências reformistas dentro da Confederação (PONIMI, 2019). Dentro do processo revolucionário foi fundamental para a continuidade da luta.

Com os territórios dominados, já supracitado, houve a coletivização com o processo de autogestão das fábricas, locais de trabalhos, propriedades privadas, tomadas de postos de serviços necessários e a gestão desses territórios e lugares foi um ponto fulcral para o desenvolvimento da revolução, ou de certa medida, do início do processo revolucionário. Esse processo continha em si toda a nova dinâmica política e econômica engendrada pelos trabalhadores. Os comitês de trabalhadores (também chamados de comitês ou conselhos revolucionários ou populares), órgãos apenas executivos, surgiram: “(...) também como uma iniciativa dos trabalhadores para cuidar de

seus próprios interesses, introduzindo um novo tipo de gestão da política, dos serviços e das unidades produtivas” (RODRIGUES, 2016, p. 86).

O contexto espanhol se dá de maneira bastante complexa, contando com diversos setores avançando no período, envolvendo interesses distintos, incluindo aqueles que se punham às lutas antifascistas, com a aliança de setores revolucionários e liberais. A contextualização se faz importante pois, como já supracitada, a Guerra Civil e o processo revolucionário se tornaram, para os setores liberais e comunistas, algo inconciliável. Ambos, o primeiro por defender ideologicamente o Estado burguês e o segundo por ser um dos desdobramentos do desenvolvimento revolucionário, na revolução burguesa para a tomada do Estado e, depois do definhamento dele, a consolidação do comunismo. Por isso, se colocaram contra a auto-organização e coletivização da sociedade. Isso reverbera dentro da CNT e FAI, fazendo acordos e, por vezes, restando o andamento da revolução. Pois, além dessas dúvidas, se questiona até onde a “liderança”, seja a organização, seja do militante anarquista pode ir. Surge, então, os Amigos de Durruti, um agrupamento anarquista que atuou dentro da CNT e que postulava uma série de críticas em relação às consignas da organização, propugnando a retomada e avanço do movimento revolucionário.

Os Amigos de Durruti entendiam que a “(...) revolução de Julho foi uma revolução impulsionada pelos trabalhadores e, portanto, de classe” (DURRUTI, S/d, p. 15) por isso, a CNT deveria ter levado a posição revolucionária a frente:

(...) o que ocorreu para que a C.N.T. não realizasse sua revolução que era a do povo, a da Maioria do proletariado? Essa pergunta se responde, pois não havia um programa revolucionário, por isso, houve uma falta de compreensão do que fazer. Um desses motivos é a colaboração com a burguesia nas esferas estatais, isto é, a falta de um programa fez-se com que os setores burgueses e o Estado fossem fortalecidos, mesmo sendo a minoria. Uma das causas que mais diretamente motivaram o estrangulamento da revolução e o deslocamento da C.N.T. foi haver atuado como setor minoritário apesar de que nas ruas dispúnhamos da Maioria (p. 16).

Essa postura amarga para o agrupamento, de colaboracionismo com esses setores, indicava que se abandonou o caráter de classe.

Os Amigos de Durruti defendem que a socialização “(...) da economia é indispensável para o triunfo da guerra e para a consolidação da revolução” (DURRUTI, S/d, p. 26) Para eles houve a criação de uma burocracia dentro do processo revolucionário, e isso afetou diretamente a divisão de recursos, incluindo materiais para a luta armada. Defendiam que o movimento revolucionário devia ser autossuficiente, formando uma indústria da guerra, na produção de armas e aparatos necessários para o enfrentamento. E não dependendo do setor reformista, que, segundo os Amigos, a todo custo forjam situações favoráveis apenas para o setor governistas (DURRUTI, S/d).

Sobre a formação do exército popular, de um exercício revolucionário dar-se-á pela composição e ação de membros pertencentes da classe trabalhadora. Se desvinculando da militarização estatal e capitalista; entendo que o exército tem caráter de classe e é revolucionário:

(...) Ante o problema da guerra somos partidários de que o exército esteja absolutamente controlado pela classe trabalhadora. Não merecem a menor confiança os oficiais procedentes do regime capitalista. Têm se produzido numerosas deserções e a maioria dos desastres que temos sofrido é devido a traições evidentes dos comandantes. No que tange ao exército, defendemos um exército revolucionário e dirigido exclusivamente pelos trabalhadores; e no caso de empregar algum oficial, deve estar sob um controle rigoroso (DURRUTI, S/d, p. 25).

Com a ascensão de membros da CNT e da FAI a cargos dentro do Estado, viu-se o abandono da causa revolucionária e, propriamente, anarquista, por isso os Amigos de Durruti se posicionam claramente contrários a essa forma de luta, pela via institucional. A chama revolucionária se sustenta na ação direta e na luta dentro dos organismos da classe trabalhadora.

Os trabalhadores revolucionários não devem desempenhar cargos oficiais nem devem alojar-se nos ministérios. Pode-se colaborar enquanto dure a guerra nos campos de batalha, nas trincheiras, nas barricadas e produzindo na retaguarda. Nosso lugar está nos sindicatos, nos lugares de trabalho, mantendo o espírito de rebeldia que aflorará na primeira ocasião que se apresente. É este o contato que temos de manter (DURRUTI, S/d, p. 25).

A proposta do agrupamento, para a manutenção da revolução é a necessidade de organismos que salvaguardem o processo revolucionário, seria a constituição de uma Junta revolucionária. Ela seria composta por membros eleitos nas instâncias sindicais. Suas funções seriam de dirigir a guerra, velar pela ordem revolucionária, assuntos internacionais e propaganda revolucionária. Se valeriam pela rotatividade de tarefas, evitando a cristalização de militantes e a Junta estaria subordinada às assembleias sindicais e os assuntos de ordem econômica seriam exclusivamente abordados e deliberados nos sindicatos.

3. Da guerrilha

Nesse próximo momento, a proposta é abordar a concepção anarquista da tática de guerrilha; compreendendo que consiste em uma tática de cunho militar irregular, no enfrentamento e resistência de grupos, organizações e/ou partidos políticos de maior vulnerabilidade, com menor poder político e/ou bélico, contra as forças dominantes e/ou exército regular (DOS SANTOS, 2018).

A guerrilha se tornou uma tática e estratégia de luta amplamente difundida como forma de resistência e enfrentamento das forças conservadoras e ditatoriais em ascensão na América Latina, principalmente, após o triunfo da Revolução Cubana (1959). De maneira hegemônica, essas organizações e a própria experiência latino-americana guerrilheira se baseou teoricamente, em alguns casos praticamente, nas vertentes e correntes marxistas e, sobretudo, a concepção de *foquismo* de Che Guevara ao travarem suas lutas.

Contudo, no Uruguai são apresentados contrapontos e uma nova concepção de se estabelecerem o uso da guerrilha, com concepções de cunho ideológicos anarquistas. Destacam-se pensador espanhol, exilado no país após a Guerra Civil-Espanhola, Abraham Guillén, e a *Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales*.

3.1 OPR-33

O desenvolvimento do anarquismo uruguaio decorreu do contato com imigrantes italianos no início do século XIX, trazendo consigo as experiências e a defesa organizativa de Malatesta na qual, mais do que a organização específica anarquista, o organicismo se arraigou nas práticas sindicais dos anarquistas uruguaios, fortalecendo a organização sindical no país. Outro elemento fundamental do decorrer da tradição anarquista, foi na década de 1950, militantes libertários, exilados e fugidos da ditadura franquista, na Espanha, se alocaram no país, ocasionando um processo de reflexão sobre o desenvolvimento da atuação anarquista durante a Guerra Civil Espanhola, e as limitações das propostas de atuação. O contato com esses militantes fez com que essas conclusões fossem fundamentais para as futuras propostas teóricas e políticas, principalmente, na primeira metade da década, com as articulações para o surgimento e fundação da FAU, a Federação Anarquista Uruguaia. Assim, foi possível sair do isolacionismo e sectarismo, em analisar a conjuntura contemporânea e refletir e propor possibilidades possíveis a nova realidade que se instaurava, sem, no entanto, importar estratégias e táticas descompassadas com a estrutura da sociedade uruguaia. Interessante ressaltar, a FAU teve contato com a plataforma organizacional por meio da Federação Anarquista da Bulgária (FAKB), tendo o debate com a plataforma dos ucranianos somente anos mais tarde .

Com isso, a FAU, caracteriza de maneira geral a experiência da FAI numa crítica à atuação na Revolução Espanhola, pois não houve uma organização política revolucionária que estabelecesse a coordenação entre o nível de massas (CNT) e o nível militar (FAI), entendendo como uma das principais causas da derrota do anarquismo naquela conjuntura (ALVES, 2016; RUGAI, 2012).

2 Conferir em: MECHOSO, J. C. Estratégia do Anarquismo. [Maio/Agosto 2009]. Montevideu. Entrevista concedida a Felipe Corrêa.

Ainda assim, o conceito de violência é um elemento importante para a luta armada da FAU, pois busca defender um uso consciente da violência, assim como a preocupação do isolamento político após a adoção do uso de armas.

A concepção teórica da FAU compreendeu seu braço armado de maneira estratégica ao enfrentamento da clandestinidade e a luta contra o regime ditatorial, contudo, sendo parte de uma estrutura maior, o partido e o nível de massas. Por isso, A *Organización Popular Revolucionaria – 33 Orientales* (OPR-33), por sua vez, diferentemente das diversas experiências do período, possuía autonomia apenas nas táticas operacionais (FAU, S/d.), pois todas as questões político-sociais seriam tratadas por instâncias organizativas superiores. As ações seriam políticas e coletivas, e não individuais como acontecera diversas vezes ao longo da história do movimento anarquista: “Sólo un verdadero partido político con inserción de masas y con acción pública, es capaz de asumir a nivel de masas las responsabilidades inherentes a su vinculación con una práctica militar”³ (EL COPEY, 1972b, p. 13).

A OPR-33 foi o braço armado da FAU, surgiu em 1967 nos períodos de clandestinidade da organização (1967-1976), sendo desarticulada junto com toda a Federação pela repressão uruguaia e argentina. Importante destacar, a FAU é originária dentro da concepção ideológica e política e está vinculada ao pensamento socialista de tradição anarquista, contudo constituindo sua própria corrente. O anarquismo especificista é uma vertente na qual consiste em absorver elementos ideológicos e princípios expostos e defendidos em alguns autores e experiências nas quais há o pensamento de cunho anarquista. Essa perspectiva fez com que a FAU se diferenciasse de maneira bastante significativa das outras organizações do período, propondo um contraponto organizativo, teórico e prático às principais correntes socialistas e revolucionárias. A luta armada defendida, contudo, é uma concepção de guerrilha do partido anarquista contraposta ao *foquismo*, a principal concepção político-militar do continente

A FAU compreendia a luta armada como guerrilha, naquele período, por dois motivos principais: o primeiro por tratar-se de um aspecto fulcral da prática política por um partido clandestino, cuja harmonia com o nível de massas era imprescindível, para proteção e ação revolucionária; a segunda, consistia em conceber as transformações sociais fora dos processos eleitorais:

Afirmamos recientemente que la reducción de las posibilidades de realizar concesiones por parte del gobierno dentro del marco de las actuales estructuras, lo conducirán a la adopción de una política represiva con carácter más o menos permanente (...) Tomar todas las medidas que permitan, (...) que el sindicato desarrolle sus tareas, (...) imponga la libertad de los presos. Y con la ocupación de

³ “Só um verdadeiro partido político com inserção de massas e com ação pública, é capaz de assumir o nível de massas as responsabilidades inerentes a sua vinculação com uma prática militar” (EL COPEY, 1972b, p. 13).

lugares de trabajo (...) obligue al gobierno a retroceder. Así, con menos diálogo y más Lucha enfrentaremos las medidas de seguridad⁴ (MECHOSO, 2009, p. 84).

A OPR deveria ser composta por um número restrito de militantes, pois, caso contrário, a grande quantidade de membros poderia expor a integridade da organização e das e dos militantes; justificavam-se também nas questões táticas e operacionais, que seriam lidadas com melhor agilidade nas ações e esconderijos:

En primer término el desarrollo cuantitativo de los efectivos aparece bastante claramente como inversamente proporcional, digamos, al grado de seguridad de un aparato armado urbano que, por definición, siempre está en presencia del enemigo y expuesto en condiciones de dispersión a la acción represiva. Pensamos que una⁵ de las razones determinantes del rápido colapso sufrido por el M.L.N. radica justamente en haber desbordado los límites compatibles con la seguridad en cuanto al desarrollo cuantitativo de sus efectivos⁶ (FAU, 1972, p. 2).

A composição da OPR é por militantes da organização que demonstrassem interesse em integrá-la, ou seja, sem recrutamento. Todavia, apenas militantes do setor operário, justificados pela idade, pessoas mais velhas do que o setor estudantil, por exemplo, e também, por serem o setor com mais tempo na organização e com formação política mais convicta.

A OPR, assim, se constituía em quatro unidades, sendo três operativas e uma de informação, cuja nomenclatura muda posteriormente sendo denominadas Ligas; havia também uma outra unidade que não participava diretamente das operações, de apoio médico e psicológico. Cada unidade com três equipes, sendo composta por 5 militantes; essas equipes eram entre si compartimentadas, com exceção de um militante fixo para cada equipe. Os delegados de cada unidade, mais um militante de um Fomento⁷ formavam a Aguilar⁸. (MECHOSO, 2009).

4 “Afirmamos recentemente que a redução das possibilidades de concessões do governo no marco das estruturas atuais levará à adoção de uma política repressiva de caráter mais ou menos permanente (...) Tomar todas as medidas que permitam, (...) que a união desenvolve suas tarefas, (...) impõe a liberdade dos presos. E com a ocupação de locais de trabalho (...) forçar o governo a recuar. Assim, com menos diálogo e mais luta, enfrentaremos medidas de segurança” (MECHOSO, 2009, p. 84)

5 O Movimiento de Liberación Nacional – Tupamaros (MLN) foi uma das principais organizações guerrilheiras na América Latina. Fundada em 1965, atuou, principalmente, em Montevideu no Uruguai, ficou conhecida por suas ações grandiosas e ambiciosas. Com a consolidação do golpe civil-militar no país, se dearticulou em 1973. Com o processo de redemocratização uruguaia, o MLN-T se consolida organicamente dentro da organização Frente Ampla (FA). Conferir mais em: *Guerra ao senhores: MLN-T e a OPR-33 na guerrilha urbana uruguaia (1967-1973)* de Thaís Linhares Fabi dos Santos (2018).

6 “Em primeiro lugar, o desenvolvimento quantitativo das tropas aparece claramente como inversamente proporcional, digamos, ao grau de segurança de um aparelho urbano armado que, por definição, está sempre na presença do inimigo e exposto em condições de dispersão à ação repressiva. Pensamos que uma das razões determinantes do rápido colapso sofrido pelo MLN está precisamente em ter transbordado os limites compatíveis com a segurança enquanto o desenvolvimento quantitativo de seus militantes” (FAU, 1972, p. 2)

7 Secretariado Nacional, direção da organização política

8 Direção do aparato armado

3.2 Abraham Guillén

Abraham (1913 – 1993) foi um pensador espanhol, veterano da Guerra Civil Espanhola, membro da CNT e FAI durante a ditadura franquista. Seu exílio foi na América Latina, onde desenvolveu suas principais contribuições à guerrilha urbana, principalmente, no Uruguai e Argentina. Dentro dos seus escritos, pode-se perceber a influência das tradições anarquistas e marxistas. Sua contribuição teórica é fundamental para a compreensão da luta armada de um espectro libertária. Na sua trajetória pessoal, sua passagem em solo uruguaio influenciou e contribuiu para as guerrilhas locais, citando em seus escritos as duas maiores expressões no país, os Tupamaros e a OPR.

Ao dialogar com a estratégia militar do *foquismo*⁹ e um dos principais princípios de Che Guevara, o qual afirma que não se deve esperar todas as condições subjetivas para a criação de um processo revolucionário, pois as próprias as ações insurreccionais são capazes de criá-las. Segundo Guillén esse pressuposto se faz verdadeiro desde que a população do local envolvida esteja mobilizada. Mesmo que seja uma minoria armada, unidos em pensamento e ação, a população mobilizada, um programa de libertação nacional, através da propaganda insurreccional é capaz de derrubar tiranias ou transformar uma crise em uma vitoriosa saída: “Sin la ayuda de la poblacion urbana, una guerrilla de calles no tiene ninguna posibilidad de exito sobre un poderoso ejercito represivo”¹⁰ (GUILLÉN, 1975, p. 29).

Na concepção foquista, a repressão na conjuntura impunha a urgência da criação de focos guerrilheiros, não se limitando pelo avanço da formação política aprofundada, como a constituição do partido e/ou programa revolucionário já prontos, pois essas discussões poderiam ser criadas ao longo do processo: “Situar a guerrilha sob dependência estratégica e tática de um partido que não transforma radicalmente a sua organização normal em tempo de paz, ou situar a guerrilha como ramificação da ação do Partido, traz como consequência uma série de erros militares mortais”¹¹ (DEBRAY, 197, p. 50) . Para o teórico espanhol esse princípio é um grave erro, pois sem o

9 O Foquismo é uma concepção de estratégia política e militar dentro das esquerdas latino-americanas, se diferenciando das propostas e diretrizes da Terceira Internacional, na qual o Partido Comunista Soviético visava uma uniformização dos partidos comunistas, e assim, importando as formas soviéticas para suas realidades. Seu desenvolvimento se dá principalmente em Cuba, se destacando as posições políticas e teóricas de Che Guevara e do pensador francês Régis Debray.

10 “Sem a ajuda da população urbana, a guerrilha de ruas não tem nenhuma possibilidade de êxito sobre um poderoso exército repressivo” (GUILLÉN, 1975, p. 29).

11 Conferir mais nas obras *Revolução na Revolução* (197?) de Regis Debray; *Guerra de Guerrilhas* (1980) de Che Guevara; *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária* (2000) de Hector Saint-Pierre.

objetivo político a repressão atua de maneira mais detida contra das organizações; sendo assim, a desarticulação destas mais eficaz e provável.

A relação dos grupos armados, como supracitado, com a população deve ser intrínseca, a mobilização popular deve ser basilar para a ação de qualquer guerrilha e/ou exército revolucionário. Caso essa interação seja subjugada, a função desse grupo revolucionário se iguala a outros movimentos reformistas, que não proponham de fato uma ruptura com o sistema vigente:

Pretender una revolución sin movilizar la lucha de clases por medio de los sindicatos, las organizaciones de masas, sin dar la guerrilla cobertura armada a la población reprimida y explotada, es querer llegar al poder con un criterio “putchista” más de “golpe de Estado” que de revolución social, para establecer la dictadura de una burocracia en nombre del socialismo. Todo lo que no sea movilizar a la población por sus propias reivindicaciones e intereses, cuando está abandonada por los sindicatos reformistas y los partido pseudoizquierdistas, cuando nada hacen éstos revolucionariamente para salir de una crisis económica y social o de una dictadura odiada, es caer en política guerrilleras propias de pequeños burgueses que sienten poco por las masas porque nunca han experimenta la explotación del trabajo asalariado¹² (GUILLÉN, 1975, p. 31).

Segundo as proposições políticas de Guillén, para o triunfo do processo revolucionário, há a necessidade fulcral das instâncias deliberativas serem de base, isto é, com ampla participação do povo; com representações de trabalhadores através da democracia direta, diferentemente das esferas estatais burguesas que consistem na democracia representativa. Essas deliberações, partem desde a socialização dos espaços e postos de trabalhos até as medidas máximas de decisões. Assim, resultando em uma sociedade autogestionada, fazendo das classes mais marginalizadas e exploradas parte ativa no desenvolvimento do poder político popular. Outro elemento importante, é a luta armada ser concomitante à luta econômica e social como uma ação política concreta ao povo:

- (...) 3. llegar al poder mas que al gobierno, tomando desde la base, poderes concretos: representacion directa de los trabajadores en todos los organos de poder: empresas, instituciones, etc.; pues el gobierno sin el poder no facilita la emancipacion del pueblo trabajador, hace ministros y parlamentarios con “praxis” de burgueses;
- 4. emplear la lucha economica paralelamente con la lucha armada para transformar lo social y economico em accion politica insurrecta del pueblo;

12 “Pretender uma revolução sem mobilizar a luta de classes por meio dos sindicatos, as organizações de massas, sem dar a guerrilha cobertura armada à população reprimida e explorada, é querer chegar ao poder com um critério ‘putchista’ mais de ‘golpe de Estado’ que da revolução social para estabelecer a ditadura de uma burocracia em nome do socialismo. Tudo que não seja mobilizar a população por suas próprias reivindicações e interesses, quando está abandonada pelos sindicatos reformistas e os partidos pseudo-esquerdistas quando nada fazem de maneira revolucionaria para sair de uma crise econômica e social ou de uma ditadura odiada, é cair na política guerrilheira própria de pequenos burgueses que sentem pouco pelas massas porque nunca experimentaram a exploração do trabalho assalariado” (GUILLÉN, 1975, p. 31)

5. substituir la democracia indirecta por organos autogestores de democracia directa, para que el capitalismo privado o de Estado se transforme en socialismo de autogestion, sin lo cual no desaparece el Estado de clase privilegiada.

Una guerrilla no es revolucionaria si no se plantea, claramente, la toma del poder a la burguesia y a la burocracia, para convertirlo en el poder del pueblo, desde abajo para, arriba, haciendo de las masas trabajadoras el sujeto activo de la politica, entregando a la sociedad sin clases los poderes que tenia el Estado de clase explotadora y opresora¹³ (GUILLÉN, 1975, p. 33).

Considerações

A questão militar na concepção anarquista se demonstra claramente fundamentalmente de classe e de caráter revolucionário, desenvolvendo e colocando em prática seus princípios, em novas formas de relações, militares e sociais. Aqui o foco foi nas práticas militares, incorporando aí a teoria ideológica anarquista, como: o voluntariado ao adentrar ao exército e/ou braço armado, decisões coletivas nas ações de táticas, rotatividade de tarefas que propõe uma forma horizontal de luta, mesmo em processos extremamente duros de enfrentamento político e ideológico, na defesa intransigente da autodisciplina dos militantes, na autogestão dos territórios nos quais as armas anarquistas exerciam domínio.

Contudo, destaca-se que a coerência entre meios e fins, de se quer uma nova sociedade, ela deve ser construída em toda a atuação política, e desta maneira o exército e/ou a guerrilha deve ser constituída por linhas e definições anarquistas, como as aqui analisadas. Isto também inclui o fato de que todas as experiências vistas extrapolaram o militarismo, na própria organização militar, na organização política e na atuação social dos anarquistas: o objetivo era a construção do socialismo libertário, não da militarização da sociedade. Por razão do contexto histórico, essas linhas, estes princípios anarquistas se desenvolveram dentro das forças militares, mas sempre muito bem delineada sua subordinação a decisões coletivas, seja do nível político, como no caso da FAU e da OPR-33, seja no caso do EIRU.

13 (...) 3. Chegar ao poder mais que ao governo, tomando desde a base, poderes concretos: representação direta dos trabalhadores em todo os governos de poder: empresas, instituições e entre outros, pois o governo sem o poder não facilita a emancipação do povo trabalhador, fazendo ministros e parlamentares com 'práxis' de burgueses. (...) 4. empregar a luta econômica paralelamente com a luta armada para transformar o social e econômico na ação política insurreccional do povo; (...) 5. substituir a democracia indireta por órgãos autogestores de democracia direta, para que o capitalismo privado ou de Estado se transforme em socialismo de autogestão, sem o qual não desaparece o Estado de classe privilegiada. Uma guerrilha não é revolucionária se não expõe, claramente, a tomada de poder da burguesia e da burocracia, para convertê-la no poder do povo, desde abaixo para, acima, fazendo das massas trabalhadoras o sujeito ativo da política, entregando à sociedade sem classes os poderes que tem o Estado de classe explorador e o opressor. (GUILLÉN, 1975, p. 33).

Fontes

1. Fontes documentais

a) Cartas de FAU

b) El Copey

2. Depoimentos

MECHOSO, Juan Carlos. Entrevista à Thaís Linhares. Montevideú. 2017.

MECHOSO, Juan Carlos. Entrevista concedida a Felipe Corrêa. 2009.

Bibliografias

ALVES, Daniel Augusto de Almeida. *Arriba Los que Luchan! Sindicalismo revolucionário e a luta armada. A trajetória da Federação Anarquista Uruguaia: 1963-1973*. Dissertação de Mestrado – UFRGS, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre: 2016.

BERARDO, João Batista. *Guerrilhas e Guerrilheiros: no drama da América Latina*. São Paulo: Edições Populares, 1981.

CORRÊA, Felipe. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*. Dissertação de Mestrado – USP, Programa de Pós-Graduação Mudança Social e Participação Política, São Paulo: 2012.

_____. *Surgimento e breve perspectiva do anarquismo (1868-2012)*. São Paulo: Faísca, 2013.

_____. *A prática revolucionária da makhnovitchina (1918-1921)*. São Paulo, S/d.

CORRÊA, Felipe; DA SILVA, Rafael Viana. *Bakunin, Malatesta e o debate da plataforma*. S/d. Disponível: <https://anarquismorj.wordpress.com/2015/12/13/contribuicoes-de-bakunin-ao-debate-sobre-a-organizacao-politica-anarquista-felipe-correa-e-rafael-v-da-silva/>. Acesso em: 18/12/2016.

FAU. *História da FAU*. Rio de Janeiro, S/d. Disponível: <https://anarquismorj.wordpress.com/textos-e-documentos/teoria-e-debate/historia-da-fau-fau/>. Acesso em: 17/10/2017.

GUILLÉN, Abraham. *Lecciones de la Guerrilla Latinoamericana*. In: *Revaloración de la Guerrilla Urbana – Donald C. Hodges & Abraham Guillén*. Morelos: Editorial Virtual 'Liberación', 1975.

MAKHNO, Nestor. *Nossa Organização*. 1925. Disponível: http://www.nestormakhno.info/portuguese/noss_org.htm. Acesso em:

_____. *Sobre a disciplina revolucionária*. 1926. Disponível: http://www.nestormakhno.info/portuguese/sobre_disc.htm. Acesso em:

MECHOSO, Juan C. *Acción directa anarquista: uma historia de FAU*. Montevideo: Recortes, S/d.

RUGAI, Ricardo Ramos. *Um Partido Anarquista: o anarquismo uruguaio e a trajetória da FAU*. São Paulo: Ascaso, 2012.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. *A política armada: fundamentos da guerra revolucionária*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

SANTOS, Thaís Linhares Fabi dos. *Guerra ao senhores: MLN-T e a OPR-33 na guerrilha urbana uruguaia (1967-1973)*. Monografia Bacharel em Ciências Sociais – Universidade Estadual Paulista, 2018.

SCHMIDT, Michael; van der WALT, Lucien. *Black Flame*. Oakland: AK Press, 2009.

SHUBIN, Aleksandr. *O Movimento Makhnovista e a questão nacional na Ucrânia (1917 – 1921)*. Tradução de Ivan Thomaz Leite de Oliveira, 2017.

Publicado no Instituto de Teoria e História Anarquista (ITHA) em 20/07/2020.